



# Projeto Livro Livre

Iba Mendes

"O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive."

Padre Antônio Vieira

# Literatura



Alexandre Herculano

*"O País" e "A Nação"*



**Iba Mendes Editor Digital**

[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

*"O País" e "A Nação"*  
Alexandre Herculano

---

Adaptação ortográfica e projeto gráfico  
Iba Mendes

---

Publicado originalmente em "Opúsculos" (1898).

Livro Digital nº 1042 - 1ª Edição - São Paulo, 2019.

**Política/Ensaio/Crítica** - Literatura Portuguesa.

**Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo**  
**(1810-1877)**

---



**Iba Mendes Editor Digital**  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

# PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia  
Livros... livros à mão cheia...  
E manda o povo pensar!  
O livro caindo n'alma  
É germe — que faz a palma,  
É chuva — que faz o mar.*

**Castro Alves**

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

\*\*\*

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: [iba@ibamendes.com](mailto:iba@ibamendes.com), a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

\*\*\*

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

\*\*\*

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

**Iba Mendes**

## ALEXANDRE HERCULANO E A CRENÇA RELIGIOSA

Herculano foi inimigo acérrimo da hipocrisia e do fanatismo; o seu culto era incomparavelmente mais interno do que externo; pela contemplação da natureza é que ele principalmente se elevava à ideia de Deus.

Diz o Sr. Teófilo Braga que Herculano mandou construir uma capela em Vale de Lobos. Isso não admira porque, sendo Herculano toda a vida um grande poeta, como o revelam as suas obras tanto em verso como em prosa, devia comprazer-se em ter diante dos olhos objetos que lhe recordassem os belos e saudosos tempos da sua infância. Na casa onde Herculano nasceu e passou os seus primeiros anos havia uma ermida onde um frade arrábido costumava dizer missa os dias santos. No *Monge de Cister* pinta-nos ele com as mais vivas cores a profunda saudade que lhe causava a lembrança dos dias santos da sua infância, do altar onde no sábado à noite se punham jarras de flores, do frade que lhe contava lindas histórias ao almoço. Os verdadeiros poetas, os grandes sentimentalistas amam sempre o passado. Os homens demasiadamente positivos não podem compreender o sentimentalismo veemente das grandes almas. Se a cruz era para Herculano o símbolo da liberdade, da fraternidade e do progresso, não é de admirar que ele a amasse entusiasticamente, como o revelou na sua eloquente e filosófica poesia *A Cruz Mutilada*, escrita na sua mocidade. O ter mandado Herculano construir uma capela em Vale de Lobos não é pois uma prova de que o seu espírito retrocedesse com a idade. Além disso o grande escritor não deixou de ser cristão em época alguma da sua vida. Rousseau, a quem os padres chamam ímpio, nunca zombava da religião como Voltaire. É porque o autor do *Emílio* era um sentimentalista ardente como Herculano. Littré, apesar de positivista, não queria perturbar sua

mulher quando ela estava diante do oratório fazendo oração. Foi a instâncias de sua esposa que Herculano mandou construir a capela de que já fiz menção. Ainda que ele não fosse católico, haveria porventura neste procedimento alguma coisa digna de censura? O verdadeiro filósofo, o amigo da tolerância e da liberdade conserva sempre no seu coração o mais profundo respeito pelas crenças alheias. A liberdade de consciência é um dos princípios mais sacrossantos, um dos direitos mais sagrados, não só na sociedade mas até no lar doméstico, no santuário da família. O chefe de família não é um déspota nem a mulher uma escrava. A religiosidade é uma tendência natural da mulher, a crença é uma das condições da sua vida moral; se quiserem extinguir-lhe no coração o sentimento religioso, lançar-se-á no caminho do jesuitismo, o que certamente será um grande mal para a família e para a sociedade. A religião é um instrumento poderoso nas mãos do jesuíta; quem conseguir arrancar-lhe esta arma prestará incontestavelmente um grande serviço às gerações futuras. É por meio da propaganda verdadeiramente religiosa que se dão os golpes mais profundos na Companhia de Jesus. A religião nasce do coração e a filosofia da inteligência. Se a mulher é mais dominada pelo sentimento, como poderá ela compreender sistemas filosóficos que estejam em antagonismo com o seu estado psicológico, com as grandiosas aspirações do seu nobre coração? Embora todas as opiniões sinceras sejam para mim respeitáveis, eu entendo que, em vez de se agredir o cristianismo, se devem conter energicamente os erros dos falsificadores, que são os jesuítas e todos os padres cujas doutrinas sejam idênticas às dos filhos de Loyola.

Herculano, com a sua crença religiosa, ficou profundamente impressionado pelos estragos que a Companhia de Jesus fazia no cristianismo; por isso mostra-nos, em muitas das suas páginas imortais, quão perigosa é para o futuro da nossa pátria essa sociedade fundada no século dezesseis por Santo Inácio de Loyola e cujas intrigas obrigaram a sair de Portugal os lentes mais distintos da Universidade de Coimbra. Na prosa mais poética e viril que nos apresenta a nossa literatura, expôs e criticou os fatos mais interessantes da história do ultramontanismo; com a sua vista de



águia previu os progressos que o jesuitismo havia de fazer em nossos dias.

O Sr. Teófilo Braga censura a Herculano o seu ardor em combater o jesuitismo e os novos dogmas introduzidos na religião católica, dizendo que ele despendeu as suas forças contra os moinhos de vento do marianismo, do infalibilismo e do silabismo e que o jesuitismo se tornou para ele uma preocupação constante; mas, como o autor da *Historia do Romantismo* se tem ocupado dos mesmos assuntos, é evidente que escreve contra si próprio, o que me causa verdadeiro pasmo. Além disto a censura feita a Herculano recai sobre a própria imprensa republicana, que muito frequentemente narra e estigmatiza escândalos jesuíticos.

É o poder da igreja tão pequeno que se não devam combater com a máxima energia as suas doutrinas contrárias ao bem social? Tem porventura o jesuitismo tão pouca força que se deva considerar um elemento desprezível? Não tem a Companhia de Jesus progredido assombrosamente no nosso país? Não estão os colégios jesuíticos repletos de alunos? Leibnitz, um dos gênios mais vastos e profundos não só da Alemanha mas de todo o mundo, disse muito sensatamente: "Dai-me a educação, que eu transformarei a Europa em menos de um século." Alexandre Herculano, com o seu profundo critério, conhecia a grande força da educação; por isso receava que o jesuitismo viesse causar a decadência intelectual e moral da sua pátria.

A moral perversa dos jesuítas foi no século dezessete posta a descoberto não por um ímpio, não por um ateu, mas por um dos mais eloquentes e profundos apologistas do cristianismo, por um gênio prodigioso que, depois de ter feito os mais assombrosos descobrimentos científicos, depois de ter penetrado vários segredos da natureza, depois de ter resolvido os mais difíceis problemas da matemática, levantou, em favor do cristianismo, esse grandioso monumento filosófico intitulado *Pensamentos*, que, apesar de ter ficado incompleto, revela a profundidade do gênio que o traçou; este grande homem, este escritor religiosíssimo, este moralista austero, que se chamava Blaise Pascal, foi quem mais poderosamente

contribuiu para a queda dos jesuítas no século dezoito. As suas *Provinciais*, escritas num estilo cômico e vigoroso, espalharam-se por toda a Europa e as máximas corruptas dos jesuítas foram ridicularizadas não só nas academias mas até nos palácios dos reis. Como poderia Herculano, o entusiasta ardente da moral pura e severa do Evangelho, deixar de combater energicamente as doutrinas anticristãs da seita jesuítica?

Diz o Sr. Teófilo Braga que Herculano, depois de se mostrar partidário do casamento civil, veio a casar-se catolicamente; o distinto professor acha este procedimento contraditório com as opiniões de Herculano. Quando, ao ler a *História do Romantismo*, encontrei esta asserção tão infundada, que fiquei realmente estupefato. O Sr. Teófilo Braga inverte completamente as doutrinas de Herculano, expostas com tanta lucidez nos seus *Estudos sobre o casamento civil*, e coloca-se a uma distância que lhe torna impossível apreciá-lo com exatidão.

Não há escrito algum em que Herculano tivesse combatido o casamento católico; pelo contrário, ele admitia duas espécies de casamento: o católico e o civil. O que repugnava ao seu espírito profundamente liberal e tolerante é que os indivíduos que não acreditassem no catolicismo se vissem obrigados a receber o sacramento do matrimônio, a praticar um ato contrário ao seu modo de pensar e que ele considerava um verdadeiro sacrilégio, uma ofensa à religião. Se Herculano era um velho católico, se ele estava convicto de que o sacramento do matrimônio remontava aos primeiros séculos do cristianismo, como procedeu o grande historiador contra as suas opiniões casando-se catolicamente? Herculano nunca defendeu leis que proibissem a qualquer indivíduo o seguir as suas crenças, tinha o mais profundo respeito pela liberdade de consciência, era inimigo de todas as violências feitas ao espírito humano, queria liberdade para todos, não era intolerante como os hipócritas da liberdade, que não respeitam a consciência alheia. Herculano sustentou que devia existir um registro civil especial para os casamentos dos não-católicos, não admitindo que os nubentes fossem interrogados acerca das suas



crenças religiosas, o que, segundo a sua opinião, seria um atentado contra a liberdade de consciência, um processo verdadeiramente inquisitória! Quanto ao casamento católico, considerava-o debaixo de dois aspectos: como sacramento e como contrato. Estando num país, cuja maioria era constituída por católicos, admitia que o registro eclesiástico servisse de registro civil. Era assim que o grande historiador procurava conciliar o princípio sacrossanto da liberdade de consciência com o respeito à religião do Estado. Sejam quais forem as opiniões acerca das doutrinas sustentadas por Herculano relativamente ao casamento civil, é incontestável que não há fundamento algum para se afirmar que o seu casamento católico esteve em contradição com as suas ideias.

O seguinte trecho dos *Estudos sobre o casamento civil* é uma prova evidente de quanto é inexata a opinião do Sr. Teófilo Braga:

"O catolicismo puro e desinteressado não tem culpa desta horrível e imensa traição que nas altas regiões da hierarquia sacerdotal se está perpetrando contra ele. Não tem culpa de que o vendam por trinta dinheiros ao anjo mau da reação política. O catolicismo não quer que forcem os que não creem nele a receber um sacramento, porque não pede um ato que lhe repugna, que reputa uma profanação; não pede que os poderes públicos constranjam os membros do próprio grêmio a não pecarem, porque a inquisição é para ele a maior afronta que lhe têm feito os homens. O catolicismo puro não confunde o sacramento, que é coisa espiritual, com o contrato, que é matéria jurídica, porque desde os tempos apostólicos, conforme temos visto, jamais os confundiram as tradições legítimas da igreja... Considerada a questão à exclusiva luz do direito, o sacerdote que autoriza o contrato e o abençoa é, no primeiro caso, oficial civil, e no segundo, ministro da religião. É uma coisa simples, clara, inofensiva. Em nome da liberdade, deixemo-la ficar na lei."

---

DIOGO ROSA MACHADO

*Conferência Pública realizada em Lisboa, 15 de Julho de 1900.*

*Pesquisa e adequação ortográfica: Iba Mendes (2019)*

## "O PAÍS" E "A NAÇÃO"



*Jornal "O País", 1851:*

Por falta de tempo temos deixado de dizer algumas palavras sobre as observações fulminantes com que *A Nação* reduziu a pó impalpável, o nosso artigo sobre as diferenças profundas que caracterizavam o cartismo de 1832 a 1834, e o pseudocartismo de 1842 a 1850.

O nosso artigo feria o absolutismo se não nas suas tradições mais hediondas e atrozes, ao menos nas mais odiosas para o povo, nas suas instituições espoliadoras e vexatórias; nas suas rapinas legais com que ele sustentava uma nobreza servil e devassa, uma corte prostituição, uma alcateia de magistrados venais, com que mantinha esses tribunais de inquisição, de inconfidência, de polícia, onde se passavam mistérios horríveis, com que locupletava essa Patriarcal, esses cabidos, essas congregações religiosas, onde reinavam dissoluções sem número e sem nome, onde os vícios, alimentados por grossas prebendas, não faziam diferença dos que reinam nos salões e alcovas da agiotagem, senão em serem mais hipócritas, e estarem velados pelo silêncio de ferro que a censura impunha aos ânimos generosos e independentes que poderiam apontá-los ao país. Um gemido ou um murmúrio de qualquer desses ânimos mais audazes, bastava para sepultar nas masmorras ou repelir para o exílio, o revolucionário que ousava apontar para as orgias clericais, para as corrupções cortesãs, para a venalidade dos ministros e tribunais, para a baixeza de uma fidalguia desmoralizada, tão abjeta ante a tirania, como opressora e orgulhosa para com o povo. Foram vítimas e testemunhas desse sistema de Baixo-Império, desse governo de eunucos imorais, de salteadores legítimos, o padre Vieira, Francisco de Lucena, José Anastácio da Cunha, o padre Teodoro de Almeida, Filinto Elísio, e tantos outros homens que a glória vingou dos velhacos corruptos, que reduziram esta nação

livre, forte e respeitada há quatrocentos anos, a ser, como era já na segunda década deste século, a fábula e o escárnio das gentes.

Vós dizeis que *O País* conta com ser o único documento da história contemporânea para o futuro. Enganais-vos. Fizestes de nós um espelho em que se refletia a vossa imagem. Vós é que imaginais que a história da tirania está só escrita nos vossos hinos insensatos à ignorância, ao obscurantismo, à intendência da polícia, à inquisição e aos conventos-prostíbulos de sua majestade fidelíssima o muito poderoso, virtuoso e excelente rei, o senhor D. João V, o benévolo soberano, que, ao arrancar-se dos braços de alguma freira de Odivelas, mandava arrastar entre linhas de soldados imbeles as populações das províncias, para virem trabalhar na grande demência e ridicularia de pedra e cal chamada o convento de Mafra, onde para seu divertimento sua real majestade queria meter uma grande manada de frades comilões e ignorantes.

Nós não pensamos que *O País* seja o único documento para a história do presente. Mas também não cremos que a história do absolutismo esteja nas *Gazetas e Relações* de Fr. Francisco Brandão, nem nos *Mercúrios* de Sousa de Macedo, nem nas estupendas orações jaculatórias dos fidalgos tolos que constituíam a maioria da academia de história, nem nas gazetas de Montarroio e dos seus sucessores até o divertidíssimo Lopes. Estai certos de que o presente ou o futuro há de estudar essas épocas saudosas por bem diversos monumentos.

Houve um frade, membro ilustre da ordem monástica mais respeitável, da que só talvez era respeitável, a beneditina, que escreveu a história secreta e sincera dos reinados de Afonso VI e de Pedro II. Deveis conhecê-la porque sois eruditos. Coligi todas as prostituições, todas as vilanias, todas as ladroeiras, todas as anarquias, todas as cobardias, todas as infâmias dos últimos dezoito anos, e comparai-as com as descritas pelo secretário geral da congregação de São Bento, e depois com as dos dois livros horríveis da *catástrofe* e da *anticatástrofe*, e dizei-nos quantos anos de desordem moral e material serão ainda precisos, para formalizar

uma conta corrente entre a época liberal e esse pequeno período das eras do absolutismo?

Sois singularmente esquecidos!

Dizei-nos uma coisa. Estes homens chamados liberais, que nos têm roubado, malgovernado, ludibriado, traído, quem os viu nascer, quem os educou, quem os fez homens públicos? Foi o governo liberal que criou essa alcateia de velhacos e salteadores? É muito moderno para isso. Longe de nós citar nomes. Mas se os pudéssemos citar vê-los-ieis aprovados era costumes e ciência pela vossa velha universidade, despachados pelo vosso desembargo do paço, empregados pelos vossos ministros e pela vossa Regência nos cargos de administração e fazenda; promovidos aos postos militares pela vossa corte beata; recompensados com distinções honoríficas e lucrativas pelos vossos virtuosos e pios governos. Que tem a geração nova, fervorosa nas suas crenças, ardente nas suas esperanças, pundonorosa nos seus sentimentos, com essas fezes que ainda escorrem sobre nós, da sentina do absolutismo?

Neste campo do jornalismo sabeis que diferença há entre nós e vós. É a que provém da índole dos respectivos partidos. Nós combatemos com as armas francas e leais da sinceridade: vós com as armas, que cremos não tomastes por vossa vontade, mas que eram as únicas que o vosso partido vos podia subministrar, e que o desonram mais a ele do que a vós; combateis com as armas atraíoadas da falta de sinceridade e de franqueza. A imprensa independente e liberal acusa os seus homens públicos sem disfarce, aponta francamente os defeitos das suas leis, reforma as suas opiniões erradas, reprova os próprios atos quando, refletindo melhor, julga que errou; porque o partido dos ímpios reconhece que é composto de homens sujeitos aos erros e paixões. Vós, partido devoto e temente a Deus, bateis-vos debaixo dos escapulários, dos bentinhos, das camândulas, dos *agnus dei*: corações mais fidalgos, sentis que estais e sempre estivestes acima das fragilidades humanas: o absolutismo e os seus desembargadores, inquisidores, esbirros e carrascos, eram impecáveis, oniscientes, infalíveis. Se o diabo tivesse sido alguma vez capitão-mor, geral dos bernardos,

alguazil, monsenhor, intendente da polícia, declaráveis o diabo um santo benemérito da monarquia.

Nas vossas instituições, nas vossas leis, nas vossas crenças, ou antes nas vossas farsas políticas e religiosas, nada há que deitar fora, desde as sandices das cortes de Lamego até às ourinas de cores com que há poucos anos queríeis inventar uma santa de carne e osso, para meter pelo chão abaixo os socarrões deste século blasfemo, santa que os malvados maçons, professores e facultativos do hospital de S. José, tiveram a insolência de demonstrar que não passava de um mísero instrumento das imposturas do beatério e dos negociantes e pregoeiros da tirania.

Vós negais-nos o direito de denominar libérrimas as tradições de D. Pedro, porque os decretos com que ele libertou a sua Pátria dos comilões e mandriões ao divino e ao profano, que devoravam o fruto do suor do povo, que lhe bebiam o sangue por taças de prata, assentados nos antros escuros da hipocrisia, reclinados no colo de mulheres perdidas, foram promulgados na época em que ele exercia a ditadura, em que, empenhado numa luta de morte com o despotismo, que se erguia tenebroso e desesperado para a última e decisiva batalha, fizera o que sempre praticaram os chefes dos povos, quer nas monarquias, quer nas Repúblicas, em circunstâncias análogas; negais o libérrimo dessas tradições porque D. Pedro concentrava em si todos os poderes? Essa negativa vinda de outra parte dava matéria à discussão: da vossa é uma coisa ridícula. Podeis, estribados nos sólidos fundamentos das cortes de Lamego, negar a legitimidade de D. Pedro; mas supor que, como rei que fora, como representante de sua filha, como seu lugar-tenente, como seu tutor e protetor natural, não podia temporariamente evocar a si uma autoridade, de que, segundo as vossas doutrinas, tinham tido direito de usar permanentemente os seus predecessores, é uma daquelas finuras da lógica realista que vós inventastes para divertimento desta terra. Dizei-nos: donde veio a legitimidade das leis e atos governativos de D. João VI, como príncipe regente, quando ainda não era rei de Portugal e sendo viva a legítima soberana, posto que impossibilitada de exercer a suprema magistratura? Onde estão as

atas dos três-estados que lhe conferiram o poder absoluto de legislador? Onde as atas dos três-estados que deram a um príncipe, que respeitamos porque é desgraçado e proscrito, o direito de usar na abrilada de poderes majestáticos, estando o soberano vivo? A necessidade? A salvação pública? Então concedei-nos também a nós o direito de vermos a necessidade e a salvação pública, na ditadura de D. Pedro.

O libérrimo das tradições do duque de Bragança, não está na origem da sua autoridade; está no espírito e nas tendências desses decretos com que a posteridade lhe tecerá a sua coroa de glória. Está em ter desfeito e atirado para a feira da ladra, os instrumentos carunchosos e sebentos, com que os flebotomistas da monarquia absoluta, sugavam a melhor parte e a mais pura, da substância dos que trabalham; está em ter rasgado a trapagem de instituições e leis espoliadoras, por cujo restabelecimento os velhos sibaritas do partido realista, aqueles que choram pelas grossas comendas e grossas prebendas, iam há anos fazer preces ao céu, junto do leito da sua santa improvisada. O libérrimo dos decretos da ditadura de D. Pedro, consiste em serem esses os látigos com que sacudimos os vendilhões do templo, e enxotamos das vias públicas os salteadores legais; consiste em serem eles que tornaram impossível uma restauração absolutista; porque o absolutismo, que só se firmava em abusos, não teria hoje em que se estribar. Os capitães-mores, os dízimos, os frades, as bruxas, as milícias, os quartos, os oitavos, as jugadas, a Patriarcal, os lobisomens, as cortes de Lamego, as alçadas *ad hoc*, os tratos espertos, a legitimidade dos adultérios desembargatórios, foram-se. Foram-se, pobres comilões das comendas e prebendas, todas as coisas Poéticas e santas, cuja irreparável perda deplorais, acesos em santo amor da monarquia e da religião de nossos antepassados.

Sois imprudentes! Porque falamos na extinção dos tributos foraleiros, como de um dos atos capitais da ditadura de D. Pedro, como de uma providência que por si só faria a glória de um príncipe, redarguis-nos com a miséria de muitas Famílias nobres, que ficaram privadas de subsistência pelo decreto de 13 de agosto.

Quereis um excelente conselho para essas Famílias nobres? Trabalhem. É exatamente o que fazem os homens do povo quando têm fome: é exatamente o que Deus ordenava que Adão fizesse, se queria comer, e posto que a fidalguia não provenha desse primeiro tronco das castas populares, aquele exemplo bíblico não é absolutamente para desprezar.

Depois a queixa é mal fundada. A lei de junho de 1846, remediou até onde era possível o escândalo de que vos queixais. Essa lei perfilhais, que é conforme no seu pensamento às vossas aspirações. Escândalo! Tão escândalo como seria o de colher a polícia um bando de salteadores na sua caverna, tirar-lhes a preza já dividida entre eles, e restituí-la aos passageiros nus, famélicos, espoliados.

A história desses tributos, da sua conservação ao lado dos tributos gerais do país, da sua dilapidação, apesar dos protestos solenes dos povos, repetidos por séculos nas assembleias nacionais, enquanto o absolutismo não esmagou as antigas liberdades desta terra, é que é um daqueles escândalos que às vezes as nações apagam com sangue, quando os príncipes não sabem como D. Pedro, riscá-los com o *traço de pena* que amaldiçoais.

Quando quiserdes que vos desenhemos aquela negra história em largos traços de pena, far-vo-lo-emos, ajuntando-lhe ao lado um quadro das façanhas dessa nobreza, cuja sorte lamentais. Estai certos de que a sapiência realista há de cismar alguns dias, antes de vos tirar das aperturas da situação em que viestes colocar-vos. Tendes discutido tanto o presente, que é preciso discutir-vos também o passado.

Não quereis que falemos da liberdade da terra, porque não falamos dos *bens usurpados à igreja*. A que bens vos referis? Aos das congregações religiosas? Dizei-nos: 1º, se elas possuíam esses bens em virtude das leis, se por derrogações especiais delas; 2º, se o poder temporal podia ou não recusar a conservação das corporações monásticas; 3º, se extintas elas, os seus bens, possuídos em contradição com as leis de amortização, caíam ou não no domínio



do estado. Pensai um pouco antes de responder. Vede não estragueis as doutrinas dos bons tempos que já lá vão.

Perdoai-nos: mas quando aludis aos pescadores, argumentais com todo o mimo e garbo da dialética monsenhora, milicianiana e dizimeira. Sois de má fé tão exemplar, que merecíeis ser feitos abades de Lobrigos, antes dessa abadia de trinta mil cruzados ser chamada à mochila por uma das nobres Famílias, cobertas hoje de luto, por verem os rombos que os ímpios e demagogos fizeram no trono e no altar. Redarguis-nos que apesar das liberdades e exceções que D. Pedro concedeu à pesca, os pescadores andam a mendigar. Pois não era disso que nós nos queixávamos? Não era justamente por ter o pseudocartismo de 1842 matado a liberdade cartista de 1832, que nós bradávamos *aqui del-rei*? Quereis, porém, saber um fato curioso? Quando os Cabrais, pela lei de 10 de julho de 1843, restabeleceram os vexames de que D. Pedro libertara a pesca, estribaram-se numa lei miguelista de 1830. Foi desta lei que partiram, foi esta lei que invocaram, ligando o absolutismo de 1842 ao de 1828, o sistema espoliador antigo ao sistema espoliador recente. Andai, que nesta parte os Cabrais são vossos primogênitos, e por isso não admireis que os pescadores mendiguem: é o mesmo que sucedia antes da odiosa ditadura de D. Pedro, quando estes iam a Queluz, aos duzentos e trezentos, pedir esmola ao Sr. D. Miguel.

Não consentis que folguemos da extinção dos dízimos, porque o clero está na miséria e o sistema atual de retribuição aos párocos é inconveniente. Neste último ponto estamos de acordo. Mas aí tendes a diferença entre a nossa lealdade e a má fé realista. Nós não nos envergonhamos de dizer que os liberais erraram em querer que os párocos fossem diretamente subsidiados pelos seus paroquianos, e que os resultados morais e religiosos de um tal sistema são maus; não hesitamos em proclamar a reforma, em acusar duramente os governos que não a empreendem. Vós, pelo contrário, quereis remediar o inconveniente com um mal maior, só porque os dízimos coexistiram com o absolutismo. Que vos importa que nove décimos desse tributo absurdo, desse tributo iníquo porque feria só uma classe, a classe mais digna de contemplação, desse tributo

antieconômico que recaía, não sobre o produto líquido, mas sobre o produto bruto, fossem devorados por uma fidalguia safada e corrompida, que só sabia arrastar-se e comer; e por bispos opulentos que com os dízimos fundavam fartos patrimônios para todos os seus parentes, por cônegos devassos, por essa comédia ao divino, pública-forma em miniatura da igreja romana, chamada a Patriarcal; por conventos de frades gordos e ignorantes; por beneficiados *suplices* e *in quocunque statu*, por todos aqueles, e por tudo aquilo, enfim, que mais abusivo era, que mais fora estava do espírito do cristianismo? Com que fronte ousais falar da miséria atual dos párocos? Nem ela é como a pintais, nem é tolerável que aludam a ela os defensores dos governos imorais que introduziram tão vergonhosos abusos, que consentiam aos padroeiros, aos beneficiados, aos comendadores, aos cônegos, que despendessem nos banquetes, no luxo, no jogo, nos lupanares, o fruto dos suores do lavrador, extorquido impiamente em nome de Deus, enquanto os curas de alma só obtinham desses poderosos senhores, cômguas de fabulosa exiguidade.

Quereis um contrato? Temos meios de verificar quais são as cômguas atuais das diversas paróquias do reino: também os temos para saber quais eram no tempo do absolutismo. Tomemos uma diocese qualquer, para instituímos a comparação entre uma e outra época. Se, na sua maioria, as cômguas atuais forem inferiores às antigas nas paróquias dizimeiras, tendes vós razão de nos acusardes de causadores da miséria do clero curado, pela extinção dos dízimos; se porém se verificar o contrário, haveis de aceitar a qualificação de hipócritas, pois defendeis as instituições do passado não porque eram melhores, mas porque rendiam mais para os agiotas do absolutismo, isto é, para os fidalgos, para os comendadores, para os abades nédios, para os beneficiados *in quocunque*. Se nós fomos tão maus para o clero aproveitai a nossa proposta. Olhai que é uma limpa veniaga.

Por último increpais-nos de que referindo-nos à supressão do sistema vicioso das milícias e ordenanças, desse Potosi inesgotável dos capitães-mores e coronéis de *tibi quoque*, não nos lembrássemos

dos soldados, que verteram o sangue e perderam os membros há quarenta anos em defesa da Pátria, e que morreram de fome. Dirigis nesta parte uma increpação justa, não a nós, que não somos poder, que nunca o fomos, mas aos governos posteriores à restauração de 1833. Todavia, que tem isso com a extinção das ordenanças e milícias? A vossa dialética realista dá, na verdade, saltos mortais. A nossa vai mais devagar. Se esses soldados esquecidos perderam o sangue e os membros em defesa da Pátria, há quarenta anos, o esquecimento indigno dos seus serviços divide-se por metade: vinte anos com curtos intervalos pertencem ao absolutismo, vinte à restauração. Onde estão, absolutistas, registadas as pensões que lhes destes: onde é situado o hospital de inválidos que edificastes? O único que existe devem-no os veteranos portugueses a uma nobre e santa princesa, à viúva do príncipe D. José, à *Tia Malhada*, que vós sabeis. De edificações vossas não temos notícia, senão da continuação do palácio da Ajuda, uma das primeiras necessidades do país, das forcas eretas na praça nova do Porto e no cais do Sodré, de uns paredões em Carnaxide para a igreja da Senhora da Rocha, e das formidáveis fortificações do Tejo, com que tornastes Lisboa inconquistável.

Talvez vos referis unicamente aos oficiais realistas separados do quadro do exército em 1834. Isto é mais natural, porque vós, fidalguinhos, não curais da soldadesca, peonagem indecente, vil relé popular. Nós lamentamos também que os serviços desses antigos militares se menoscabem por causa de ódios Políticos, que a vitória devia ter feito esquecer. Como vós, estamos prontos para repreender e acusar, para deplorar e pedir; para execrar e amaldiçoar estes nossos sátrapas pseudoliberais, que deixam ir de porta em porta os velhos Belisarios de Portugal. Mas, realistas, escondi sob as vossas capas de Santo Inácio essas mãos tintas em sangue, derrubai para o rosto o chapéu da companhia, não vos descubram esse olhar implacável! Entre os militares que pendurastes das forcas; entre aqueles com que atulhastes as cadeias e as masmorras das fortalezas, com que povoastes as praias do desterro e os presídios de África, não havia nenhuns desses que verteram o sangue em defesa da Pátria comum? Por que, durante cinco anos, mansos cordeiros do

evangelho, rosicléres ambulantes de verônicas e relicários, não vos veio ao espírito um único pensamento de perdão e de piedade? Dizei-nos o que teríeis feito de todos esses militares, se a providência tivesse deixado protrair-se até agora o vosso reinado? Eram para vós inimigos Políticos? É exatamente o que foram para nós os vossos oficiais. Maldito o liberal que ainda conserva rancores para os vencidos: maldito o governo que não lhes paga a dívida da Pátria. Mas que a justiça divina caia também sobre aqueles que derramaram nos patíbulos o sangue dos valentes que já o tinham derramado por esta terra; ou lhes fizeram verter durante cinco anos o suor da agonia sobre as lájeas dos calabouços, ou os tornaram errantes por praias estranhas, onde lhes branquearam os cabelos as saudades da sua terra, onde teriam acabado a vida, proscritos e miseráveis, se o braço da Providência e o gênio do duque de Bragança não os houveram salvado.

Colegas, deixai-vos destas questões de que não entendeis nada. Ide ler a vida do padre Anchieta, que decididamente é o santo que fez mais milagres neste mundo, ou se preferis ocupar-vos em outra obra pia, ide ajudar os cabralistas a vender a bula da santa-cruzada, que eles compraram a prazos, ao vosso virtuoso amigo o cardeal Antonelli. Será uma vergonha que não haja dinheiro para o pagamento, quando ele sacar letras sobre o escritório da salvação de Portugal.

\*\*\*

Na viva discussão entre Proudhon e Bastiat, sobre o crédito e a legitimidade dos juros, este último dizia ao seu irritado adversário na carta com que terminou a discussão: "*Todos os grêmios religiosos se parecem uns com os outros: quando não têm razão, agoniam-se.*" É o caso da redação da *Nação* conosco.

O nosso artigo foi provocado. Não tínhamos atacado o jornal realista. Apreciáramos num artigo nosso o espírito das reformas de D. Pedro comparando-o com o espírito que caracterizou a reação de 1842. Era uma questão estranha ao partido realista. Na verdade aludimos então acidentalmente ao absolutismo; mas imaginávamos

que a *Nação*, reservando para o seu partido a nacionalidade, considerava o absolutismo, cujo predomínio no país, durante certos períodos da nossa história, é incontestável, como uma aberração, um abuso da constituição primitiva do país, constituição assaz livre, posto que não tão democrática como o indicariam algumas provisões dessas cortes, a que a *Nação* foi buscar duas linhas para lenda da sua bandeira, se tais cortes houveram existido. Imaginávamos que a *Nação* compreendia nos seus afetos esses séculos de nobre recordação, em que este cantinho do mundo se governava com garantias e liberdades singulares para o povo; em que o feudalismo não transpunha as nossas fronteiras, enquanto, a bem dizer, toda a Europa gemia debaixo do seu jugo de ferro. Imaginávamos que a *Nação* se recordava das nossas admiráveis cartas de municipalidade, dos nossos parlamentos, dessas duas heranças de liberdade romana e de liberdade germânica, que nossos avós haviam salvado através da Idade Média. Enganava-mo-nos. A *Nação* rejeita tudo isso: a *Nação* cifra todo o passado nos séculos mais recentes. Da comédia monástica das cortes de Lamego salta à comédia real das cortes de 1641. Para ela a velha monarquia não é a dos primeiros Afonsos, de D. Diniz, de Afonso IV, de D. Fernando, de João I ou de Afonso V: é o absolutismo, comparativamente moderno, na sua forma pura, exclusiva. Só depois vimos isto; só depois vimos que os tempos anteriores ao estabelecimento do poder real sem limites, estavam tanto fora da comunhão realista, eram tão heréticos para a sua monarquia ortodoxa, como estes tempos liberais, que, em nossa profunda ignorância, supúnhamos estribarem a sua legitimidade histórica nas tradições primitivas. Sem o saber tínhamos blasfemado do credo realista: do santo, do legítimo, do divino absolutismo. Mas a ignorância do credo de uma igreja alheia, não devia concitar o anátema contra o ignorante. A *Nação* devia ter advertido com caridade a nossa rudeza, conforme manda o evangelho. Era uma obra de misericórdia. Em lugar disso fustigou-nos duramente. Foi um proceder ferino.

Irritamo-nos também. Poderíamos discutir com a *Nação* sobre as fórmulas da liberdade. Talvez muitas daquelas com que a monarquia cresceu e vigorou fossem, acomodadas à civilização de

hoje, preferíveis às atuais: era uma questão de doutrina disputável. Aceitar como base de controvérsia a negação completa da liberdade humana, o domínio de um homem sobre a humanidade, a ciência certa e o poder absoluto individual, como fundamento do direito; eis o que a consciência, a dignidade do homem, o seu espírito imortal, não consente à inteligência que dispute com placidez. O absolutismo como teoria política é a nossos olhos um insulto feito a Deus e ao gênero humano. Isto é, para nós, uma verdade de consciência. Seguimos o impulso da indignação; porque só a indignação pode corresponder a essa teoria a um tempo imoral e feroz. Num artigo de jornal, escrito a correr, talvez haja uma ou outra frase mais ou menos inconveniente: retiramo-la. Mas as ideias, nem uma, por mais violenta que os nossos adversários a suponham; porque a verdade não se retira diante da apoteose da corrupção e da tirania.

No meio, porém, da cólera não esquecemos a cortesia de jornalistas. Evitamos tudo que fosse pessoal aos redatores da *Nação*; lançamos até à conta do seu partido a deslealdade da sua argumentação. E não respeitamos só os redatores; procuramos não ferir individualmente ninguém. Nas encrespações a um partido a responsabilidade que se lança sobre ele reparte-se em tantas quotas, que o valor de cada uma é inapreciável. A *Nação* dirigiu-se ao indivíduo, aproximou escritos cujo tom, cujo caráter era diverso, e que, a haverem sido semelhantes, ela se teria restituído discutindo alguns e elogiando-os em parte. Falou no *Raio* e no *Rabecão*, nesses papéis abjetos, que insultavam os indivíduos e penetravam na vida particular; nesses papéis que aparecem em toda a parte em que reina a liberdade de imprensa, a liberdade da ideia e da palavra; nesses papéis que não provam outra coisa senão uma verdade cediça, senão que se abusa às vezes das coisas mais legítimas e úteis. Era, porém, ao órgão do absolutismo que tocava fazer alusões destas? De que época são o *Mastigóforo*, o *Cacete*, a *Besta-Esfolada*, e centenares de publicações análogas? Eram essas publicações hediondas como aquelas que aludis, especulações torpes de alguns miseráveis que exploravam o escândalo para viver? Não. Eram composições de homens que vós eleváveis ao episcopado; eram obra de sacerdotes, que iam

consagrar a hóstia ao cordeiro, e pregar o evangelho (sabe Deus o que eles pregavam) com os lábios escorrendo em fel, com as mãos imundas de tinta que eles sabiam se havia de converter em sangue. E era isso um abuso da liberdade de escrever, que vós tão largamente aproveitais, embora seja invenção diabólica dos liberdadeiros? Não. A censura, a autoridade, o poder público, inexorável, frio, grave, calculado, lá estava. Esses sacerdotes iam com os seus libelos subir as escadas do desembargo do paço, onde se enfileiravam as solenes cabeleiras dos bons tempos, ou bater à cela onde curtia os períodos do Larraga, o sábio de então, o frade ou o monge pedante. E o desembargador, ou o frade, ou o monge liam pausadamente o libelo, e a injúria torpe, caluniosa, pessoal, sanguinolenta, descia para os prelos legitimada pelo tribunal, santificada pelo convento, irreplicável, fulminante; porque o magistrado e o frade lá tinham nas mãos o açamo para impedir a retaliação, para obstar ao gemido da vítima. Liberdadeiros detestáveis, que fizestes libertando a palavra e o pensamento? Para vossa vergonha eterna aí tendes o *Rabecão* e o *Raio*.

Nós chamamos as coisas pelo seu nome: chamamos prostituição à prostituição; mas remontamos os séculos; buscamos nas gerações, extintas há muito, os nossos exemplos. Sabeis, e se não sabeis perguntai-o em segredo aos vossos partidários, que não precisávamos de remontar muitas décadas, ou andar muitas léguas, para irmos encontrar debaixo dos freixos de um parque, espalhadas no chão, as folhas avulsas do capítulo 26 do livro XI dos Anais de Tácito. Vós acometeis os vivos, insultais quem não se pode defender, porque só o faria envilecendo-se, cuspis nas faces de uma mulher, vilipendiais a santidade da fraqueza, quando nós vos dávamos o exemplo do respeito pela santidade da proscricção e da desgraça. Cavaleiros portugueses antigos, erguei-vos das vossas camilhas de pedra; vinde contemplar as gentis façanhas dos defensores do passado!

Que a *Nação* prossiga em vinte colunas com que nos ameaça, refutar as nossas seis colunas cuja extensão a espantaram. Esperamo-la. Depois nós. Veremos se saindo dos acidentes vem aos fatos: se



aceita a luva que lhe atirámos. Se nos prova a justiça, a conveniência, a moralidade das prestações foraleiras, dos dízimos, da soltura clerical e monástica, dos gravames sobre a pesca; enfim, de todas essas vergonhas de que D. Pedro nos libertou, pelo que a sua memória nos é cara.

\*\*\*

## OS SETE SÉCULOS

Agora nós.

Defensores do absolutismo, vós escrevestes um livro a propósito de um artigo do *País*, que tínheis provocado, e atulhastes com ele não sabemos quantas colunas do vosso jornal. É que esse artigo vos feriu profundamente. As nossas ignorâncias, as nossas falsidades, as nossas faltas de lógica e de estilo, as nossas loucuras, o nosso orgulho insensato, todas as misérias do espírito humano, epilgadas em nós, que deveriam despertar a compaixão dessas almas católicas e pias, fizeram-vos prorromper em rugidos de uma cólera essencialmente herética, pagã, selvagem. Atirastes-nos com os turíbulos, com as galhetas, com os flabelos, com os tocheiros, com as sacras, com os missaletes. Apinhastes-vos à porta da sacristia a gritar, a vociferar, a quererdes saltar uns por cima dos outros. Os remoques, os vitupérios, as maldições, as pragas choveram por dias sobre nós, que de braços cruzados e com as lágrimas nos olhos, contemplávamos compungidos a vossa resignação cristã.

Defensores do absolutismo, isso não é bonito! Tanto fogo, tantas descargas cerradas sem ordem nem disciplina, não prestam para nada. Uma carga de baioneta vale mais que tudo isso. Granadeiros do Mindelo, conforme nos chamais, sabemos como o simples reluzir das baionetas era eficaz convosco. Ficastes sempre um pouco milicianos. Gastais muita pólvora; mas atrapalhais-vos demasiado ao desfechar, e as balas zumbem apenas por cima da cabeça dos inimigos.

Caricatura de Eumenide, a *Nação*, aí estava há uns poucos de anos a descompor, não a podridão de vícios e de corrupções, com que o

despotismo de três séculos envenenou a seiva da sociedade; não a herança de envilecimento que o hábito de tremer diante dos frades inquisidores, ou dos cabeleiras da inconfidência e da intendência, severos e puros como os acusadores da filha de Hécias, legara aos que vieram antes de nós, e estes à geração que vai acabando; não a abjeção aprendida nas antessalas da nobreza, do alto clero, dos magistrados venais, dos cortesãos que mercadejavam nas mercês regias, mas sim a liberdade, a civilização, o progresso, que são leis de Deus, reveladas nas aspirações de todos os homens, nos caracteres dos séculos, no desenvolvimento invencível do espírito humano; a liberdade, a civilização e o progresso, que se contêm no Evangelho de Cristo e não no Evangelho dos Fariseus, e que hão de ir lentamente desbaratando esse *caput mortuum* de depravações e baixezas, que os déspotas passavam de mão em mão para dominarem pela desmoralização e pelo terror. Eumenide de roca à cinta, a Nação aí estava aguentando nas costas gibosas, a canastra cheia de parches fétidos com que a hipocrisia da corte, dos tribunais, das sacristias, cobria as chagas purulentas do corpo social, flagelado, rasgado, exaurido de forças pelos vampiros defensores do trono e do altar: ela aí estava resmoninhando improperios contra a dignidade e os foros do homem, e apregoando a panaceia para todos os males, na imunda trapagem da canastra absolutista. Não lhe dizíamos nada: não lho diríamos talvez nunca. Tentou-a porém o pecado um dia, para vir lançar à nossa porta o seu ridículo pregão. Fez-nos asco a múmia ambulante, e com o bico da bota atiramos-lhe a canastra ao ar. Os parches espalharam-se no chão, e quem passava tapou o nariz e os olhos; era um espetáculo hediondo e repugnante. A velha ficou embaçada, absorta na dor e na cólera. Depois tornou a si, arrancou mãos cheias de cabelos desgrenhados: careteou, rugiu, babou-se: e, Messalina desdentada e tonta, fincando os punhos engelhados nos quadris angulosos, epilogou em si a Ribeira-Nova e blasfemou, blasfemou, blasfemou quatro dias.

Grita, Eumênide de farsa; grita, que te ouçam todos! Tens razão, pobre velha, a bota ímpia estragou-te a mercadoria. Apanha essas rodilhas esfarrapadas das comendas e prebendas, e concerta outra vez a canastra. Vitupera esta raça maldita dos liberdadeiros, que não

querem sentir os ossos a estalar no potro, ou vê-los queimar nas fogueiras da santa-inquisição; que não querem que os desembargadores durmam impunemente no tálamo nupcial, o sono do adultério em nome do livro 5º; que não querem dar cem mil cruzados a cada sucessor dos descalços apóstolos, para fundarem morgados à parentela, nem grossas prebendas aos monsenhores, cônegos e beneficiados *in quocunque*, para atulharem de legitimações os livros da chancelaria, e fazerem aparecer uma edição anual do *Cozinheiro Moderno*. Apanha a canastra e os fedorentos emplastos, e continua a apregoar os teus *recipes*, sacudindo de vez em quando esse látego imaginário com que, na tua tonteira, pensas castigar a civilização, por ter enterrado a sentina do absolutismo nas ruínas das taipas e paus podres de que era construída.

Vinde cá, defensores do absolutismo, quem vos deu o direito de falardes desta nobre terra de Portugal nos tempos em que era livre? Em Portugal o despotismo é que é moderno, e a liberdade antiga. Cerrai de todo os olhos, vós os que amais curvar-vos ante um senhor dos vossos bens e das vossas cabeças. Não vos deslumbre o brilho dos quatro primeiros séculos da monarquia! As gerações dessas eras sacrossantas não vos pertencem; são as dos nossos antepassados: os vossos acham-se nas que viveram de joelhos à porta da inquisição, do palácio-monstro de D. Manuel e do convento absurdo de Mafra.

Defensores do absolutismo! A história dos tempos das comendas e prebendas por que vós chorais, começa numa usurpação e acaba noutra: a primeira a da liberdade do povo, a segunda a do trono legítimo. Entre estes dois horizontes, cerrados e negros, está contida apenas a longa decadência, a lenta agonia de uma nação pequena pelo número, mas grande pelo esforço, grande sobretudo pela sua atividade agrícola, comercial e marítima; grande pela política dos seus príncipes populares; grande por um enérgico e tenaz amor dos seus foros; grande pela sabedoria comparativa das suas instituições e leis, no meio do atraso Político da Europa; grande, não pelas virtudes das classes privilegiadas, mas sim pelas dos vilãos, pelas de nossos avós; grande pela aliança estreita entre a monarquia e a

democracia, contra as oligarquias que nascem da indestrutível desigualdade humana e que, segundo os tempos, se chamam patriciado, fidalguia, agiotagem, e cuja manifestação suprema se exprime constantemente por duas palavras únicas: violência e rapina.

Defensores do absolutismo e da legitimidade! Os atos Políticos dos tempos que vos pertencem e que vós defendeis, constituem apenas uma série de ilegitimidades: mais do que isso, uma série de atentados cometidos contra o povo, pelos príncipes pervertidos, por uma fidalguia que, tão orgulhosa dantes, se declarara vencida ao ver rolar algumas cabeças sob o cutelo do algoz, e que achara enfim ser mais cômodo servir, enganar, e comer, comer muito; pervertidos pelos jurisconsultos que tinham ido beber nas escolas estrangeiras as doutrinas de direito público dos tiranos de Roma, como vós nos acusais de termos ido beber as ideias de liberdade, que estão escritas no coração do homem, nos livros dos ímpios deste e do precedente século.

Defensores do absolutismo e do direito divino! Em que dia desceu este do céu sobre a cabeça del-rei D. Manuel, para ordenar aos seus escribas que rasgassem centenares de patos constitucionais, onde estavam escritos os foros e liberdades desta terra; centenares de patos municipais, onde estavam consignadas as liberdades e garantias das cidades e vilas do reino? Em que dia desceu o direito divino a santificar a conversão em simples leis fiscais, dos códigos em que se continham as imunidades e franquias populares, cujo espírito sempre, e cuja letra muitas vezes provam, que esses códigos eram rigorosos contratos Políticos, livremente oferecidos e aceitos? A reforma que os povos pediam à coroa era acaso a morte das suas liberdades, ou era a cessação dos abusos que a nobreza, a magistratura real e o clero tinham introduzido, pouco a pouco, em contravenção com o direito público municipal, base do direito Político do país? Respondei.

Respondei, defensores do absolutismo! Que eram os nossos parlamentos até 1480, senão as assembleias onde o povo protestava sempre, ameaçava não raro, e castigava algumas vezes cerrando as

bolças, as quebras do que, na linguagem imperfeita daquelas eras, chamava seus privilégios, e que nós hoje chamamos direitos e garantias políticas? Que eram esses parlamentos (concedei-nos o uso desta palavra liberdadeira e revolucionária, de que já usavam nossos avós, os malhados do século XV) senão uma aferição solene entre os atos do governo, o exercício do poder real, por si ou por seus delegados, e as regras do direito constitucional com que crescera e vigorava o país?

Respondei, se o sabeis, e se o não sabeis ide estudá-lo em documentos um pouco mais graves e autênticos, do que esse rol de tolices bernardas a que chamais cortes de Lamego. Eles estão patentes para vós como para nós. Mentistes quando dissestes que fizéramos monopólio desses títulos da legítima e verdadeira glória desta nação, que se constituiu e cresceu à sombra da liberdade, porque só assim as nações se constituem e crescem. Mentistes para encobrir a vossa incapacidade e preguiça. Para os buscar, estudá-los e compreendê-los, é necessário o sacrifício do tempo, dos prazeres, da saúde, dos interesses materiais; é necessária a abnegação da existência exterior, no que ela tem mais grato, para viver, ano após ano, de uma vida interior que nos devora, de uma ideia que nos ilumina. É esta ideia que vos foge, que não cabe no vosso espírito, enlevado na visão beatífica e longínqua das comendas e das prebendas, apoquentado pela saudosa imagem daqueles pescoços anafados, roliços, torneados em roscas atoucinhadas, dos bons tempos Patriarcais, canonicais e monacais. Esses tempos, essas saudades, essa religião da gula, do luxo, dos vícios hipócritas; essa contemplação contínua da corrupção absolutista, é que não vos deixa erguer os olhos para os pulverulentos arquivos do reino, cujo exame nos lançais em rosto como se fora um crime! Não! Vós não podeis ver os pergaminhos cobertos de pó. Esse pó que repousa sobre eles, voa para os ares quando se lhes toca: o lodo do charco em que tendes os olhos fitos é que nunca se alevanta da terra, e as vossas pálpebras de servos estão atrofiadas; os vossos olhos esqueceram o movimento com que os dos homens livres olham para o que está elevado, para o ar e para o céu.

É por isso que quando a verdade inexorável vem esmagar os embustes em que estribais a tirania, achais mais simples negar essa verdade, e acusar de falsificadora a mão que a atira às faces sem pudor do absolutismo. O homem de bem quando diz a outro homem — falsificaste, inventaste, deturpaste, sumiste os documentos de um, ou de muitos fatos, — traz sempre na mão as provas de uma acusação, que importa um crime perante as leis morais e perante as leis civis. Sem isso a injúria não desonra o acusado, desonra o acusador. Discípulos do denunciante do ilustre Damião de Góes; discípulos do padre Simão Rodrigues; beatos filhos de Santo Inácio, bem se vê que respeitais as tradições da vossa ordem, e que estudais a moral pelos livros dos Busembaus, dos Lessios, dos Tamburinis, os quais vos aconselham, que *se quiserdes deitar a perder qualquer pessoa, convém que comeceis por espalhar calúnias para a difamar, porque, acreditando-se mais facilmente o mal que o bem, sereis cridos, com o que o caluniado perderá a força que lhe dá a boa reputação, e sereis vingados*. O que é ter no baú a roupeta, à cabeceira as camândulas, e haver estudado por bons livros! E que demônio podíeis vós fazer senão caluniar santamente, enquanto não deixamos o nosso *monopólio*, e não se faculta o uso dos arquivos à vossa sede de instrução, ao vosso amor da verdade, ao vosso extremado aferro pelas instituições primitivas?

Defensores do absolutismo, como assim? Engrifais-vos para defender contra os salteadores do Mindelo a *vossa propriedade*, as prestações foraleiras, os dízimos, os benesses das capitánias-mores, e meteis ao mesmo tempo no peitilho da roupeta, os sete séculos da monarquia? Isso não vale: isso não é para mãos bentas. Largai quatro séculos que não são vossos: guardai os três que vos pertencem. Antes deles, não cansaremos de vo-lo repetir, o povo português era livre, não num latinório piegas de frade bernardo, mas na realidade dos fatos, e pelo mecanismo da sociedade política.

Essa liberdade não se consubstanciava inteira na existência das grandes assembleias nacionais. Pelo contrário, as cortes eram a sua manifestação mais incompleta. Aí o povo, a vilanagem, que vós sabeis, nobres senhores, empregava, ainda ameaçando e

repreendendo, fórmulas cortesias para com o monarca, análogas, até em frases, às que emprega a vilanagem inglesa de hoje para com os seus reis. No que era novo, nas medidas administrativas, ou nas leis civis que a civilização mostrava úteis ou justas, o povo limitava-se a discutir a sua conveniência; mas no que feria o pato fundamental das cidades e vilas, ou aquela parte do direito consuetudinário, homologado conjuntamente com a carta municipal, e que representava direitos Políticos, opunha-se tenazmente à inovação. A monarquia nesse caso curvava a cabeça e reconhecia a santidade dos princípios. Nunca um rei de Portugal livre ousou dizer aos seus concelhos: "quebrei as vossas imunidades, os vossos foros, porque assim aprouve à minha ciência certa, poder real e absoluto." Quando as acusações dos povos apontam a ofensa das garantias, a reparação, ou a promessa solene dela não falha, porventura, uma só vez, nas atas das cortes dos antigos tempos.

Assim a liberdade popular estribava-se não tanto nos parlamentos como nos forais, e a garantia dos princípios contidos nestes, era a estrutura robusta dos corpos municipais. Os concelhos eram a organização da democracia contra os poderosos, que só entravam nesses grêmios Políticos por concessões raras, condicionais, difíceis de obter, sobretudo nos tempos primitivos. Essa organização dava os meios de repelir as violências dos tiranetes privilegiados: dava uma terrível solenidade aos agravamentos dos povos. Os cavaleiros vilãos, os besteiros municipais, a peonagem armada lá tinham o ferro para o desagravo, se o rei não cumpria o seu dever. A força estava atrás da doutrina; porque a força e só ela mantém solidamente o direito. É um axioma que vós aceitais largamente. E senão, pedi aos vossos amigos de Roma, da Áustria, da Prússia, da Rússia e da Turquia, que mandem para casa os seus milhões de soldados, e nós vos daremos em breve, novas da boa-saúde do direito divino.

Que fez a monarquia do século XVI e dos que se lhe seguiram, dos nossos velhos concelhos? Entregou-os amarrados aos fidalgos, aos padres e aos agentes do poder real. Substituiu gradualmente um exército permanente à democracia armada, a essa democracia que



tão leal fora aos antigos reis, que os tinha ajudado a conterem nos limites do seu direito os dignos barões, avós de vossas excelências reverendíssimas. D. Manuel, que subiu ao trono, cuspiendo nas nódoas de sangue de seus irmãos assassinados, enlevado dos descobrimentos e conquistas feitas pelos corações generosos, pelos homens ousados que os últimos dias de liberdade legaram aos primeiros de tirania, acabou a obra do seu antecessor. Os forais em vez de se cunharem de novo com os seus primitivos caracteres Políticos, ficaram desde a sua reforma letra morta para as franquias do povo, letra morta como padrões constitucionais, e só viva e bem viva para as extorsões do fisco. Algumas fórmulas externas que restavam nos costumes apagaram-se pouco a pouco; mas o espírito de liberdade morreu e o absolutismo assentou-se tranquilamente sobre o país.

Até ao século XV, posto que já a índole política da sociedade começasse a alterar-se, porque os desembargadores caminharam de longe e devagar para não serem sentidos, os procuradores de cortes tinham uma significação, um valor Político; atrás deles e do seu mandado estava um grupo social, a democracia, formado de muitos grupos, os concelhos. Desde que estes se compuseram de *clero, nobreza e povo*, desde que as classes se confundiram politicamente, a liberdade popular morreu. Os concelhos não foram mais daí avante, do que um instrumento de governo e uma divisão territorial e administrativa. Cessou entre nós o direito Político do povo, e reinou despeado o absolutismo. Que são todas essas cortes posteriores senão um simulacro, ou antes um escárnio dos nossos antigos parlamentos? Esses procuradores do *povo*, eleitos pelo *clero, nobreza e povo*, senão uns títeres com que os opressores se divertiam à custa da democracia? Desde o século XVI Portugal teve fatos Políticos mais ou menos tirânicos, mais ou menos vergonhosos, mais ou menos abusivos; mas o direito constitucional onde estava ele? Onde estavam os patos sociais que Fernão de Pina trocara por outros, *reformados* exclusivamente com os olhos no céu e nas amplas barrigas dos alcaides-mores, dos donatários da coroa, dos digníssimos avós de vossas excelências e reverências? Estavam esquecidos no fundo dos arquivos do reino, onde ainda estão hoje

para vossa vergonha eterna, raça de escravos, que sucedestes nesta nobre terra a uma raça gigante de homens livres; estavam onde ainda existem hoje, onde os podeis ler e poluir com essas mãos servas, mentirosos insignes, porque as portas estão abertas para examinardes a infidelidade com que os citamos, as entrelinhas que neles escrevemos, as raspaduras com que os viciamos. Ide, miseráveis, punir-nos!

Respondei, ilustres Pegas *ad ordinationem*, donde veio aos reis de Portugal o direito de rescindir contratos Políticos solenes? Os monarcas portugueses da Idade Média reconheceram estarem limitados os deveres dos povos e os próprios direitos, por essas cartas constitucionais, que reunidas eram o complexo do direito público do país, e que tinham em si próprias as garantias da realidade: os seus sucessores proclamaram o princípio contrário e derivaram daí a manifestação do poder público. Como agrupais vós estas duas ideias que se excluem, que se negam? Como unis a morte à vida? Como ousais dizer: *pertencem-nos sete séculos?* A vós? dementes! O primeiro monumento grave da vossa história, o primeiro resultado prático das vossas adoradas doutrinas é a inquisição. A inquisição não foi filha da perversidade da cúria romana, que tem sobejos crimes para que não se lhe atribuam os alheios. A inquisição foi um cálculo frio e feroz do absolutismo de D. João III (este é vosso: guardai-o) que estava pobre pela sua falta de juízo e pelas vaidades paternas. Quis queimar os judeus para os roubar, e pediu lume a Roma, que lho recusou largo tempo, porque não ignorava para que ele o pedia. Quando quiserdes as provas disso, falai; já se sabe, entrelinhadas, suprimidas, respançadas, viciadas segundo o velho costume de que nos acusais com as provas na mão, como bons e verdadeiros jesuítas.

Absolutistas, vós aceitais a solidariedade do passado: posto que não possais reclamar senão a do que vos pertence. Falamos por isso convosco, não para apontar uma ou outra mancha no vosso predomínio, como vós modestamente imaginais, mas para vos dizer o que ele foi na sua essência. Começastes, insultando o evangelho, por queimar aqueles que não adoravam Deus à vossa guisa, e

terminastes, matando às machadadas prisioneiros inermes, diante dos quais, armados, tantas vezes tínheis fugido. Na vossa história o espectro da tirania esconde a fronte no fumo da carne humana, assada para o santo rei D. João III ter dinheiro, e firma os pés nas poças de sangue, sobre os ossos triturados e as carnes esmagadas pelos machados dos bravos que tão valentemente fugiam das nossas baionetas. Mas o vosso pedestal e a vossa coroa são comparativamente dois dices infantis. O crime imperdoável, sem nome, pelo qual a posteridade vos há de escrever a maldição sobre a campa, é o terdes vivido abraçados durante três séculos com esse espectro da tirania. É o terdes arrastado aos pés dos cortesãos, dos cônegos de Gil Vicente, dos Pegas, dos bobos régios, dos frades gordos, luxuriosos e hipócritas, de que nos fala o viso-rei D. João de Castro na sua correspondência inédita, (viciada por nós, já se sabe), as velhas liberdades do país, as liberdades do povo, que querieis espoliar sem que vos resistisse, concedendo-lhe apenas, se estáveis de pachorra para dar gargalhadas, o direito dos gemidos.

Quando o vosso ídolo vos fugiu das mãos, quando a espoliação, régio-fidalga, clerical e desembargatória passou para mãos castelhanas, que vos trataram como vós tínheis tratado o povo durante oitenta anos, veio-vos, excelentíssimos e reverendíssimos senhores, um acesso momentâneo de febre liberdadeira. Incumbistes então um frade ignorante de vos redigir um código imaginário, em que todas as instituições sociais da Idade Média estão desmentidas, e em que até o regicídio é elevado à altura de princípio Político. Por que fizestes isto? Porque entre vós e as épocas de liberdade havia um abismo insondável; porque o século que precedera se divorciava da antiga monarquia, em que os povos não precisavam do regicídio para defender os seus foros, de que só foram privados por uma série de traições cobardes e indignas.

Na verdade depois de sacudido o jugo estranho representastes uma farsa parlamentar, e depois outras farsas análogas. Sempre gostastes de galhofa, como sucede a todos os mandriões, que comem bem e dormem comodamente à custa do suor alheio. Vieram à folia política os procuradores do povo, eleitos também

pelo *clero* e *nobreza* das cidades e vilas: vieram aí os padres e os fidalgos. Aproziam-vos estes espetáculos em que o povo fazia o papel de urso. Que importa que no preâmbulo das cortes de 1641, se escrevesse a doutrina da soberania nacional sobre os próprios reis. Era o horror da tirania, que também vos fizera experimentar como morde, quem vos arrancava esta concessão teórica, reproduzida por Velasco de Gouvêa, no livro com que a vossa recôndita erudição nos assassina? Perguntai-o aos vossos cabeleiras do absolutismo. Essa doutrina foi declarada depois *ilusiva, ob e subrepticia, atroz e sacrílega*, introduzida nessas cortes e no livro de Velasco, pelo *sinédrio monarcômaco* dos jesuítas; porque é de advertir que o jesuitismo e o absolutismo andaram sempre às unhas, enquanto os Franzonis e os Autonelis não os jungiram com a mesma soga, para trabalharem na vinha do Senhor com a bênção cardinalícia.

Entre parêntesis. Os juriconsultos de há cem anos pareciam-se convosco, doutores da *Nação*. É a mesma lógica. Rejeitavam as ideias jesuíticas sobre o direito dos súditos para deporem os reis, e aceitavam as cortes de Lamego, o código do frade bernardo, onde se proclama o regicídio. O absolutismo tem ao menos uma glória: é a de verificar em si um milagre: o de ser ao mesmo tempo profundamente atroz e soberanamente ridículo.

Vamos, sabichões! Que é o que vale? São as doutrinas do sinédrio monarcômaco de Velasco e do frade regicida, ou é o direito divino? Podemos esganar de vez em quando o nosso reizito, se reconhecer supremacia estranha; depô-lo, se não nos andar a jeito, ou pelo contrário é inviolável a legitimidade da monarquia?

E dizeis vós que haveis de morrer no vosso posto! Qual posto, nem qual morte, nem qual carapuça? Quem há de agora matar meia dúzia de patetas, que parecem mandados de propósito pela Providência para divertimento desta terra, no meio das mágoas e aflições que lhe causa o cabralismo?

Sabeis o que são, além de farsas, as vossas cortes de 1641, e as outras cortes do absolutismo? São um monte de inépcias em direito Político. Depois de proclamarem a soberania nacional por ordem

dos jesuítas, os absolutistas de 1641 estabeleciam que o testamento de um rei era uma constituição, donde derivava a legitimidade de outro rei por direito incontroverso!

Defensores do absolutismo, buscai nas atas parlamentares da Idade Média, alguma passagem em que os mandatários dos concelhos de Portugal declarem, como os títeres de 1641, que a demissão dos tributos violentos, *impostos tiranicamente* pelos reis de Castela, era uma *liberalidade*, uma *magnificência*, uma mercê del-rei. Onde achais vós lá esta linguagem de Baixo-Império? Lá opunham-se os agravamentos dos concelhos aos abusos do poder. Era a distância que vai de uma época de liberdade a outra de servidão.

A servidão, a servidão! Eis o grande crime dos três séculos que vos pertencem. Pensais vós que nos importam, considerados em si, os adultérios da mulher de Afonso VI, ou que D. João V dormisse em Odivelas, ou cantassem naquela bestialidade arquitetônica de Mafra, cem ou duzentos frades comilões e ignorantes? Importa-nos tudo isso porque vós, que nos acusais de não havermos feito nada em dezoito anos, não fizestes coisa nenhuma em três séculos, senão consumir a substância publica em devassidões e em bugiarias; senão queimar judeus para os roubar, e perseguir-vos uns aos outros, jesuítas e absolutistas, quando vos faltou o judaísmo para cevar os vossos instintos sanguinários. O que nos importa é que vós, legitimistas de água doce, representais a ilegitimidade de três séculos: a tirania convertida em princípio Político, por velhacadas desembargatórias que havemos de vos contar um dia, e pela ingratidão fementida da dinastia manuelina para com o povo, que tão leal havia sido à monarquia nas suas lutas com os padres e fidalgos desta terra. Importa-nos que, acusando-nos diariamente de destruidores dos tronos, tendes estampada na frente do vosso jornal a lei regicida do frade bernardo, e que entoando hinos à lealdade, ao realismo do alto clero e da fidalguia, ousais meter no peitilho da roupeta os quatro séculos de liberdade, durante os quais o único exemplo de um rei atirado do trono para o exílio, e substituído por um príncipe estrangeiro, (estrangeiro segundo as vossas doutrinas) foi dado pelo alto clero e pela nobreza, enquanto o povo combatia a

favor de uma ilustre desdita. Importa-nos pagar-vos a dívida do partido liberal, que estais insultando refalsadamente, porque tem tido a desgraça de haverem obtido o poder, pelos meios essencialmente absolutistas da corrupção e da violência, homens cujas doutrinas práticas de governo são as vossas, e contra as quais tendes visto protestar a maioria do partido liberal, com a palavra e com o ferro, do mesmo modo que o fizera contra vós. Importa-nos que penseis parvamente ao ver-nos rejeitar a anarquia ou a demagogia, ter descoberto nas nossas ideias contradições monstruosas. Importa-nos que enchais as bochechas com as vossas crenças, escrevendo ao sinal das chibatas dos vossos sargentos, adoradores da censura, da abnegação servil das próprias ideias, e tendo opiniões uniformes por que estão estereotipadas nas capelas e sacristias. Importa-nos que, não vos movendo impulsos de convicções espontâneas, quando vedes na imprensa as provas de que o sacerdócio vem audazmente insultar, num convênio insolente, as regalias do império civil, (a sustentação das quais é o único ponto em que são acordes as doutrinas políticas dos sete séculos da monarquia) vos caleis cobardemente, para não terdes de despir a roupeta de santo Inácio, ou de tirar a cabeleira desembargatória, ao que essa questão forçosamente vos constrangeria, provando assim que os vossos entusiasmos monárquicos, o vosso patriotismo, são apenas hipocrisias necessárias para ver se granjeais de novo as comendas e as prebendas, os quartos e as jugadas, as alcaldarias-mores e as capitánias-mores, os bispados e as conesias, e os benefícios suculentos.

*Sic valeas ut farina es.*

\*\*\*

## AS PRESTAÇÕES FORALEIRAS E A FIDALGUIA

Os servos voluntários e perpétuos, os que venderam alma e corpo à tirania, insultam-nos a nós liberais, e cospem sobre as cinzas de D. Pedro, porque não quisemos que esta terra de Portugal fosse uma vasta gleba de adscritos que trabalhassem para suas excelências reverendíssimas. Os bens da coroa, o patrimônio público, os tributos

locais eram propriedade desse grupo de nobres luxuários, que enlameavam com o rodar dos seus coches, com o galopar dos seus cavalos, o homem laborioso curvado para o solo desde que o sol rompia até que desaparecia no ocaso. Assim no-lo afirmam. Debalde nossos avós, os vilãos, protestaram contra a acumulação dos tributos gerais e dos locais, debalde a monarquia, a própria monarquia absoluta, fazia recordar nas leis e nos atos, que a renda publica não era, não podia ser, patrimônio dos donatários; os doutores da *Nação*, esses Pegas que nos atiram a propósito de tudo com a sua sabcença jurídica, que nos falam nas manuelinas e nas filipinas, nas extravagantes, e nas leis de D. José, declaram que os bens da coroa eram do domínio dos comilões, alcunham-nos de comunistas e, quando dizemos a esses ilustres senhores que vão trabalhar, respondem-nos em nome deles que os espoliamos já do fruto do trabalho dos seus antepassados, e que queremos que trabalhem de novo para de novo os roubarmos, porque o primeiro roubo não satisfez as ambições de todos nós.

O que é mais admirável nestas palavras absurdas, a demência ou a imprudência?

Mentis, porque todas as leis, todos os atos do poder, desde a lei mental até à lei sobre confirmações do 1769, vos estão dizendo que as terras, os direitos dominicais, os tributos locais, as jurisdições, as rendas, tudo enfim, quanto fora havido da coroa pelos donatários, era em seu poder um simples uso-fruto, que o rei podia fazer cessar por solene, perpétua, incondicional, que fosse a concessão.

Donde vinha, pois, esse direito de propriedade de que falais, em contradição não só com o direito público do tempo da liberdade, mas até com as leis, com as doutrinas e com os atos do absolutismo? Donde vinha essa propriedade, causídicos dos orgulhosos comilões, e mandriões das armarias e dos reposteiros? Da prescrição? Mas vós, doutores da *Nação*, ignorais que ainda nas vossas cortes de 1641, se proclamou a doutrina de que contra o país não há prescrição, enquanto ele não tem liberdade para reclamar, e esqueceis que a tolerância dos povos durante os séculos XVI, XVII e XVIII, acerca da ladroíce com que eram malbaratados os bens da

coroa, não significa o seu consenso, mas sim os terrores do absolutismo?

Vós pensais que os redatores do *País* são os dos jornais do conde de Tomar, aos quais vós ousastes dizer que as cortes de Lamego haviam sido invocadas a favor de D. Catarina em 1550, antes de as inventar o frade bernardo, e que não souberam punir-vos desta falsificação?

Mentis quando dizeis que nós queremos que os fidalgos trabalhem para os espoliar de novo. Falta a primeira espoliação para dela inferirdes a segunda. O decreto de 13 de agosto que respondeu definitivamente aos agravos dos nossos avós, os canalhas do tempo de D. Fernando, de D. João I, de Afonso V; que tornou uma realidade prática, em harmonia com a ciência econômica e fiscal das eras modernas, as promessas daqueles príncipes e o direito que eles reconheciam nos povos, se teve algum defeito foi o ser nimiamente generoso com os donatários, com os excelentíssimos filhos do sol e netos da lua: foi a homenagem que os ladrões do Mindelo prestaram ao trabalho e à morigeração, aos nobres que haviam sabido tratar desses bens mal-havidos por seus antepassados, investindo-os no domínio alodial dos prédios que desfrutavam até aí por uma posse mal-segura, mas que, como bons ecônomos, como homens de costumes regulares, os cultivavam por si ou por seus rendeiros, e não tinham alienado o domínio útil deles por títulos permanentes. O decreto de 13 de agosto não perguntou se os que auferiam proveitos das suas disposições, eram liberais ou absolutistas; libertou o solo e honrou a morigeração e o trabalho. O partido liberal deixou-vos, excelentíssimos, aquilo de que segundo as vossas leis tinha direito de privar-vos. Os descamisados, os homens do povo que o absolutismo trazia subjugados pela miséria, e a classe média em cujos bens patrimoniais e adquiridos lícitamente, vós vos cevastes durante cinco anos pelos sequestros, pelas peitas dadas aos vossos esbirros togados, para concederem um pouco de ar nas masmorras, e pelas luvas para trocarem a força pelos presídios de África, podiam ajustar contas convosco, expulsando-vos desses bens mal-havidos para se ressarcirem de lhes haverdes roubado tudo,



inclusivamente a camisa, recordações gloriosas, em que se estriba o vosso direito de lhes chamardes descamisados.

Os descamisados perguntam-vos pela nossa boca quanto renderam na almoeda dos sequestros, as camisas repassadas do suor da agonia, quando despistes os mártires da liberdade enforcados no campo de Sant'Ana, na Praça-Nova, no Cães do Tojo, no Cães do Sodré? Quanto renderam as camisas dos mártires da liberdade falecidos nos presídios pestíferos da África e nas casamatas de São Julião e de Cascais, as dos mortos a pau ao serem conduzidos das enxovias do Porto para as de Lamego, e as dos presos assassinados nas outras cadeias do reino? Quantas orgias fizestes no fundo das sacristias, nas alcovas soturnas dos palácios com esse dinheiro? As dos prisioneiros mortos a machado, essas haviam de estar muito despedaçadas. Pouco deviam valer.

Nós vamos traçar-vos em rápido esboço os títulos da *vossa propriedade*, que vos convidamos a desmentir.

A fazenda pública do país consistia na sua origem em propriedades, cujos cultivadores pagavam foros, pensões, quotas por um sistema assaz variado e complexo, nos tributos dos concelhos, pagos pelo uso-fruto do solo, e por um sistema análogo, nas multas judiciais, nas portagens ou direitos de barreira das vilas e cidades, e finalmente nos impostos das alfândegas marítimas. Os tributos indiretos, os cobrados nas alfândegas e barreiras recaíam pela sua natureza sobre todas as classes. Dos tributos diretos eram isentos os nobres. Nas honras e coutos não entrava o agente fiscal nem o judicial. Para as despesas do estado pagava o homem laborioso; o nobre mandriam não tinha nada com isso.

O serviço militar, o tributo de sangue estava regulado pelo mesmo princípio. Organizados os concelhos, os seus habitantes, divididos em cavaleiros, besteiros e peões, segundo a sua fortuna, ou a natureza anterior da sua propriedade, eram arrolados para o serviço da guerra, ou para os trabalhos de fortificação, que se consideravam análogos. Armavam-se, compravam cavalos e sustentavam-se à sua custa, salvo se a guerra ou os trabalhos se protraíam

demasiadamente. Os nobres eram isentos da defesa da Pátria, salvo o caso de uma recompensa. A máxima parte da renda publica nisso se consumia. Os ricos-homens governadores civis e militares dos distritos, recebiam uma grande parte dos tributos locais, e distribuíaam a percepção das rendas dos bens públicos pelos cavaleiros, a cada um sua aldeia, sua porção de casais, etc. A isto chamava-se prestamos. Os alcaides-mores, chefes militares, e até certo ponto civis dos concelhos, haviam pelo seu serviço uma porção de rendas.

Este sistema profundamente injusto, segundo as ideias de hoje, não feria então os espíritos. O nobre tinha o direito de não suportar encargos na sua propriedade patrimonial, e de não defender a Pátria; o vilão devia pagar e servir, e ainda com o seu dinheiro comprava o serviço dos ilustres suíços daquele tempo.

Rico-homias, prestamos, alcaidarias, tudo era móvel: o rei tirava-o, dava-o, trocava-o a seu bel-prazer; porque nada disso passava em rigor de um sistema de subvenções pessoais. Entre nós não havia nada que recordasse a fixidade do feudalismo.

Gradualmente estes encargos e concessões foram-se tornando menos móveis; mas a hereditariedade feudal nunca se introduziu: mesmo quando os filhos sucediam aos pais, os estilos e as leis recordavam que tudo isso era accidental, temporário, dependente da vontade do poder central, do príncipe.

Mas também gradualmente se introduziu um abuso. Às rendas públicas procedidas das imposições diretas sobre o solo, dadas a qualquer nobre e depois dele a seus filhos, foram-se pouco a pouco considerando como mercês graciosas, e daí nasceram os soldos, as *quantias dos nobres*, isto é, um vencimento em dinheiro para servirem o país.

Dizemos *quantias dos nobres* porque também os vilões tinham *quantias*, mas negativas; isto é, avaliavam-se-lhes os bens para na proporção destes terem armas e cavalos, serem besteiros ou

lanceiros, para formarem, digamos assim, a cavaleira, a infantaria pesada e a infantaria ligeira, tudo gratuito.

Introduzido aquele abuso dos soldos, a economia desta organização ficou sendo: o povo pagar na proporção dos seus meios, e servir militarmente na mesma proporção: os nobres serem isentos de tributos e de serviço militar, ao passo que, como homens de guerra, comiam uma boa porção da renda pública em soldos, e outra parte como donatários da coroa.

Nos fins do século XIV este iníquo sistema de percepção e distribuição da renda pública, tinha tomado proporções tão espantosas, que a principal matéria dos agravamentos populares, nas diversas assembleias de cortes do reinado de D. Fernando, é este assunto. Aí o rei reconheceu a extensão do mal, e prometeu até onde fosse possível remédio, que na verdade era dificultoso, atento o poder da nobreza.

Na revolução de D. João I, uma grande parte da nobreza, ou seguiu a parcialidade de Castela, ou se mostrou avessa ao mestre de Aviz. Os fidalgos, porém, não se esqueceram no meio dos transe e misérias porque a nação passava na luta gigante que empreendera, de conservar intacta a malversação da fazenda pública. Enquanto as derramas e as sisas vinham pelas necessidades da guerra agravar a sorte do povo, a fidalguia invocava o passado para que se lhe pagassem as *quantias* em dinheiro, e as terras se lhe dessem gratuitamente, para ser *mercê acabada*. D. João I cometera a *atrocidade* de resolver com o povo em cortes, que aos fidalgos que serviam na guerra se lhes descontassem as quantias nos renditos das terras de que eram donatários, já se sabe, comendo eles o resto de mão-beijada, porque esse resto não se dividia em prestamos para pagarem a outros cavaleiros que os seguissem na guerra, segundo a organização primitiva. Era só o serviço pessoal que por essas terras se exigia dos ilustres suíços dos séculos XIV e XV. Os vilãos, esses combatiam de graça, lá estavam para sustentar com a bolsa e com o corpo, a independência do país.

Esse vil e escandaloso requerimento da nobreza lá está impresso há muitos anos na ordenação afonsina. Vós, doutores da *Nação*, conhecereis melhor a filipina, o código do rei estrangeiro, mas nós conhecemos melhor a afonsina, o código do rei português.

Sabeis vós, como a nobreza se desferrava da falta de despacho à sua petição? O santo Nuno Álvares, os mestres das ordens e os outros fidalgos, roubavam os mantimentos nas povoações por onde passavam: os alcaides-mores em vez de pagarem às guarnições dos castelos, pediam gente dos concelhos para os guardar; e os senhores quando se achavam nalguma povoação com homens de armas, bastantes para sopear os vilãos, deixavam-se ficar aí, comendo e bebendo sem pagar e forçando mulheres. Lá tendes essas gloriosas páginas da nobreza nas cortes de 1397.

O desbarato gradual da renda publica pelas mãos dos fidalgos, fez aparecer o sistema dos tributos gerais diretos: a princípio pelos *pedidos reais*, que eram em rigor o mesmo que o recente imposto de repartição, que há poucos anos se quis introduzir no país, com a diferença de que os pedidos só se repartiam entre os concelhos. As sisas foram o primeiro tributo geral direto que abrangeu tudo. Sobre estas bases se fundou o sistema das contribuições gerais, de que o estado subsequentemente viveu.

Nas cortes do século XV, como nas do anterior, o povo protestou sempre contra a dispersão dos bens da coroa. A monarquia dava-lhe razão, prometia emenda, e alguma coisa chegou a fazer por vezes, mas insuficiente e estragada daí a pouco por influência dos poderosos. Há uma observação singular a este respeito. O povo em vez de exigir a organização dos impostos gerais, e a supressão dos chamados direitos reais que constituíam o grosso dos bens da coroa, queria que se despojassem os donatários, e que o estado vivesse das suas rendas primitivas. Era um erro econômico, mas que provava o desinteresse dos vilãos, e quanto eles amavam as instituições de liberdade, com que estava ligado por muitos modos, aquele sistema da imposição antiga.

O absolutismo triunfante pôs enfim ordem nestas gritarias populares. O país ficou dotado com dois sistemas tributários: o primitivo para os fidalgos e desembargadores comerem, pagando-se-lhes além disso o serviço que faziam: para os fidalgos e desembargadores começados por *mercê acabada*, como diziam os virtuosos avós de suas excelências e reverências: o outro sistema para se pagar aos que comiam os frutos do antigo, e para o resto das despesas do estado. Como se isto não bastasse meteram-lhes na barriga os dízimos e os outros rendimentos das comendas, prebendas e benefícios.

Realmente, os absolutistas têm razão de chorar pelos bons tempos. Aquilo era uma delícia. Este século de ferro só foi feito para os demagogos e para os pedreiros livres.

E creem os pantalões que em falando em duas ou três batalhas, em dois ou três nomes históricos, em Ourique, em Aljubarrota e em Montes-Claros, em Martim de Freitas, no Condestável e em Afonso de Albuquerque, na Santa religião, no amor das nossas coisas antigas, têm feito tudo; têm-nos metido pelo chão abaixo, esmagados pelo peso de tantas maravilhas.

Pensam que ao lado da história dos conventos, das catedrais e dos palácios, não se escreve a da choupana, a do homem de trabalho? Pensam que se esses nobres senhores têm os seus registros esplêndidos e luxuários, o povo não tem também as suas humildes memórias de espoliações, de agravos, de sofrimentos? Enganam-se. Tem-nas, e lê-as. Por isso é impossível a volta do absolutismo.

E credes vós que esta gente insaciável, chegou a compreender o patriotismo e a abnegação? Abri as chancelarias de Filipe II, vereis que ela sacrificou sempre ao egoísmo e à cobiça. Lá achareis os ferretes que o rei castelhano pôs em tantas Famílias ilustres por seus avós e pela sua situação. Lá estão os preços porque cada alcaide-mor, cada titular, cada desembargador vendia esta terra ao estrangeiro, enquanto a *canalha*, a vilanagem, combatia e morria nas espadas e lanças dos soldados do duque d'Alva, pensando ter um novo D. João I no prior do Crato, o miserável que tratava também

com Filipe II sobre o preço desse povo generoso, que cria nele, porque era da raça dos seus príncipes.

Depois de sessenta anos de opressão, em que o país recebera duras lições, credes que os donatários da coroa aprenderam a amar a Pátria e a morrer por ela. Quereis o reverso dos quarenta conspiradores de 1640, muitos dos quais vingaram com a revolução agravos particulares? Não vos falaremos das conspirações fidalgas e episcopais contra D. João IV. Pedimos-vos só que leiais um parecer, hoje impresso, do procurador da coroa, Tomé Pinheiro da Veiga, um dos mais venerados e veneráveis caracteres daquela época. Viana, no meio da excitação popular que a revolução produzira, teve uma saudade, uma veleidade das suas garantias da Idade Média. Lembrou-se dos tempos em que pertencia ao povo em muitos concelhos do tipo de Salamanca, que fora o da sua origem, a instituição eletiva do seu chefe militar, do seu alcaide-mor. Pediu-a. Tomé Pinheiro da Veiga foi ouvido sobre a pretensão e votou por ela. Num ímpeto de indignação, ele que tinha por dever reprimir e *amaldiçoar* (como ele se exprime) estas pretensões da democracia, viu-se constrangido a abençoá-las. E por quê? Lede-o. Porque os alcaides-mores comiam as rendas e desamparavam os castelos no fervor da guerra, sem gastarem um vintém na defesa, não havendo *quase nenhum*, que cumprisse os seus deveres, no que se pareciam com os outros chefes militares, os capitães-mores, que comiam os soldos e roubavam os soldados. Ele aí lança em rosto aos avós de vossas excelências e reverências, o atroarem o paço com petições de bens da coroa, sem fazerem coisa nenhuma. Será Tomé Pinheiro um dos ladrões do Mindelo?

Bem sabeis que também faríamos um livro contra vós, se quiséssemos descer aos fatos singulares que mostram a corrupção espalhada largamente entre a aristocracia dos tempos do absolutismo. Não quisemos senão apresentar-vos em grande, a origem monstruosa dessa *propriedade*, de que nós a espoliamos, e mostrar-vos quanto ela em massa era digna de que se conservassem dois sistemas tributários no país: um para o estado e outro para ela: ambos, porém, tirados aos contribuintes.

Direis que com esses bens da coroa recompensou o absolutismo os serviços das conquistas? Recompensou é verdade; mas foi os daqueles que vinham curvar a fronte gloriosa à corrupção cortesã: as almas altivas e nobres tinham paga diversa. Lembrai-vos de Pacheco, de Albuquerque, de Camões. Depois serviram eles nos tempos modernos para isso mesmo? Quantas alcaidarias-mores, quantos direitos reguengueiros, quantas terras da coroa, distribuístes pelos soldados da guerra peninsular, cuja sorte vindes hoje deplorar com lágrimas hipócritas? Fostes sequer buscar os bens da coroa a essas casas, onde eles se tinham tornado uma espécie de patrimônio, para recompensar aqueles que se batiam contra nós os salteadores do Mindelo? Repartistes sequer a túnica popular segundo as vossas ideias de justiça política? Respondei.

Com o decreto de 13 de agosto D. Pedro cumpriu as promessas dos seus antepassados, os reis da Idade Média; mas cumpriu-as segundo as condições da civilização moderna: aboliu o sistema tributário local e excepcional que seria hoje absurdo, e que devorado pela nobreza era um duplicado escândalo. As cinzas de tantas gerações de vilãos espoliados por séculos, foram, enfim, vingadas pelo braço de um rei. Que quereis? Nós, os vis, por força havemos de abençoar a memória de D. Pedro.

Dizei, doutores da *Nação*, é verdade ou é mentira aquilo que se escreveu nas atas das *vossas* cortes de 1641, que não há prescrição contra o reino enquanto ele não tem faculdade, nem liberdade para reclamar os seus direitos? Outra vez: respondi.

Sabeis vós uma coisa? Se o decreto de 13 de agosto pudesse conter disposições de uma reparação atroz, não só seria preciso fazer cessar as prestações foraleiras, mas também mandar trabalhar nos campos com as cadeias da servidão aos pés, três ou quatro gerações de donatários de bens da coroa, por conta das suas vítimas. Nem assim, talvez, ficaria compensada a opressão e o escândalo de alguns séculos.

\*\*\*

No momento em que escrevíamos e mandávamos para a imprensa o último artigo, em resposta ao que a *Nação* escrevera contra nós, a propósito das leis da ditadura de D. Pedro, mal imaginávamos que o agente público intervinha na questão, para defender nos tribunais a memória do imperador, se, como cremos, é exato o que se lê hoje nas colunas daquele jornal. Se o tivéssemos sabido a tempo, o nosso artigo teria sido suprimido. Desde o momento em que a autoridade interveio no combate, a questão acabou para nós. D. Pedro e a sua vida pertencem hoje à história: na nossa opinião o defendê-lo ou agredi-lo não pertence ao ministério público. Cremos que sem negar os seus defeitos de homem, teríamos meios de o fazer ver a uma luz mais favorável, do que o viu a *Nação*, e que saberíamos reivindicar para ele a justiça dos homens, que apreciam os atos e os sucessos não só em si, mas também nas suas causas e efeitos. As reivindicações da imprensa são mais eficazes e úteis para os mortos do que as dos tribunais.

Na redação do *País* há quem fosse soldado de D. Pedro; quem entrasse em mais de vinte combates sob o seu mando supremo. Não lhe consta que ele desse nunca ordem aos seus soldados para que, no recontro com os inimigos, chamassem os oficiais de justiça para os prenderem, ou os escrivães para os autuarem. A ordem era levar os sessenta na patrona, outros sessenta no burnal, e as baionetas bem polidas. Se as ordens tivessem sido o inverso, o ministério público não teria hoje o incômodo de acusar o jornal realista.

De hoje avante até que se conclua o processo da *Nação*, o órgão do partido do Sr. D. Miguel não nos há de encontrar mais no campo da imprensa, ainda mesmo quando nos agredisse. A perseguição santificou e tornou para nós invioláveis os nossos adversários Políticos.

Os redatores do *País* são em geral pobres, e os recursos de um jornal nascente são sempre limitados. Se, todavia, os gastos de um processo, ou o seu resultado na hipótese de ser desfavorável, colocarem a *Nação* em embaraços pecuniários, nós rogamos singela e sinceramente aos seus redatores que não se esqueçam de que no escritório do *País*, hão de encontrar alguns dos seus irmãos na



imprensa, posto que seus inimigos, e provavelmente inimigos irreconciliáveis, em opiniões políticas.